

# Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data de atualização 19.02.2024

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<b><u><a href="#">Lei Federal nº 14.612, de 3 de julho de 2023</a></u></b>	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil.
<b><u><a href="#">Lei Federal nº 14.508, de 27 de dezembro de 2022</a></u></b>	Altera o art. 6º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer normas sobre a posição topográfica dos advogados durante audiências de instrução e julgamento.
<b><u><a href="#">Lei nº 14.365, de 2 de junho de 2022</a></u></b>	Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.
<b><u><a href="#">Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020</a></u></b>	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza técnica e singular dos serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade.
<b><u><a href="#">Lei Federal nº 13.875, de 20 de setembro de 2019</a></u></b>	Altera o § 2º do art. 63 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para tratar dos prazos de exercício da profissão para participação nas eleições dos membros dos órgãos da OAB.

## Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

<b><u>Lei Federal nº 13.725, de 04 de outubro de 2018</u></b>	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”, e revoga dispositivo da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que “dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências”.
<b><u>Lei Federal nº 13.688, de 03 de julho de 2018</u></b>	Institui o Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil e altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), para dispor sobre a publicação de atos, notificações e decisões no Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil.
<b><u>Lei Federal nº 13.247, de 12 de janeiro de 2016</u></b>	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia.
<b><u>Lei Federal nº 13.245, de 12 de janeiro de 2016</u></b>	Altera o art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil). <u>Mensagem de veto</u>
<b><u>Lei nº 11.767, de 7 de agosto de 2008</u></b>	Altera o art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para dispor sobre o direito à inviolabilidade do local e instrumentos de trabalho do advogado, bem como de sua correspondência.
<b><u>Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994</u></b>	Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

### Legislação Estadual

Legislação

Ementa

## Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

<b><u>Lei nº 9874, de 6 de outubro de 2022</u></b>	Dispõe sobre o atendimento prioritário aos advogados e às advogadas, no desempenho de suas funções, junto às unidades judiciárias do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<b><u>Lei Estadual nº 7.900, de 9 de março de 2018</u></b>	Dispõe sobre o respeito às prerrogativas dos advogados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria-Geral de Administração**

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)